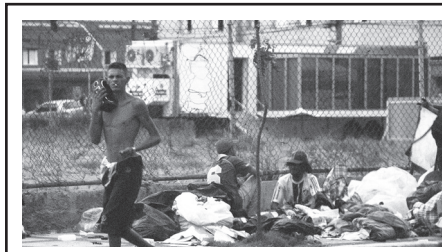


DOSSIÊ





APRESENTAÇÃO

Em tempos do declínio da figura do homem público e da coisa pública, novas configurações reclamam a redescoberta da democracia e do sentido do ser "gente". Em outras palavras, questões sobre o significado do processo civilizatório, do progresso, do desenvolvimento, da convivência humana, levantadas por autores como Norberto Elias e Darcy Ribeiro, se recolocam e se entrecrocaram.

A par com novas ordens sociais emergentes, amplia-se o campo do conhecimento e, como resposta a novas necessidades humanas, surgem sempre novas profissões. Tradicionalmente, o tom, o rosto e o perfil dessas novas profissões provêm das camadas médias da sociedade. No cenário atual, algumas profissões protagonizadas pelas camadas sociais mais excluídas têm aparecido. Isto, porém, não evita que as camadas médias também se apropriem dessas profissões e estabeleçam um conjunto de exigências burocráticas a seu favor.

Uma profissão que, inicialmente, pode ter um caráter de simplicidade, com o decorrer do tempo, ganha ares de sofisticação, e seu exercício passa a depender de formação especializada, de observações e acompanhamento de um conjunto de instituições. Sua origem ocorre quando um grupo de pessoas tem determinado talento, gosta do que faz e ganha reforço com o aparecimento de determinadas necessidades. Em síntese, a profissão aparece quando consegue casar habilidades de um sujeito e necessidades coletivas.

Essa perspectiva aparece nos clássicos da sociologia das profissões e em pensadores como Ortega y Gasset. Em decorrência, surge um conjunto de organizações, como escolas de ensino médio, universidades ou cursos preparatórios, sindicatos, grupos de intelectuais, agências de controle, interferência do Estado, no sentido de definir as diretrizes, os campos de atuação e os salários. Reconhecemos uma profissão quando ela apresenta um acervo de conhecimentos e metodologias, autonomia no exercício, regulamentos e códigos deontológicos da profissão, definição do campo de atuação, reconhecimento da sociedade e do Estado, aceitação e reconhecimento do público atendido.

Essas preocupações aparecem na segunda edição do primeiro volume da Coleção Pedagogia Social, Ed. Expressão e Arte, 2011, particularmente no Prefácio e nas páginas 262 a 300, de nossa autoria. No que se refere ao Brasil, o surgimento da profissão educador social está circunscrito no processo de transformação ou de modernização do país, especialmente no século XX, a partir do momento em que educação, saúde, cultura, assistência social, justiça passam a ser direitos do sujeito. Pobreza, miséria, indisciplina, desemprego,

fome, conflitos sociais deixaram de ser objeto da religião e da polícia, para serem vistos como questão social.

Nesse cenário, em que ganham força as políticas públicas e a política de direitos humanos, emerge um conjunto de profissões que exigem reconhecimento e qualificação. Recoloca-se, aqui, o velho axioma do conhecer, do fazer e do ser profissional. No caso do educador social, nossa visão é de que seu processo de formação pode ter início na prática ou num curso de ensino médio até o estrito senso. É uma profissão de carreira que se constrói ao longo da vida.

Estamos falando da construção de uma profissão. No Brasil, o século XXI foi recebido com o desafio de ser uma era da educação, no seu sentido amplo, como acenam a Constituição e a LDB, artigo 1º. Neste século, educadores populares, comunitários e sociais, intelectuais e movimentos sociais têm debatido a aprovação da profissão educador social. Já chegaram a um consenso sobre a aprovação da profissão, sem, contudo, alinhar as várias teses desse debate no campo da formação necessária ao exercício inicial da profissão e, às vezes, no que se refere ao seu campo de atuação. São divergências que aparecem nos encontros dos educadores sociais, dos pesquisadores, nos artigos científicos e nos dois projetos de lei de regulamentação da profissão, em tramitação no Congresso Nacional, o PL 5.346/2009, de autoria do deputado Chico Lopes, e o PLS 328/2015, de autoria do senador Telmário Mota.

Este dossiê traz um pouco da história desse processo de construção da profissão. Como informamos no volume 7.3 desta Revista, devido à grande quantidade de artigos apresentados, optamos por publicar dois volumes sobre Pedagogia Social, com artigos internacionais e nacionais. Este volume, 8.1, contém três artigos de pesquisadores da Espanha, Colômbia, Uruguai e Portugal, no sentido de contribuir nesse processo de reflexão. Os demais textos trazem análises e reflexões sobre o campo de atuação do educador social e bases epistemológicas e teóricas da Pedagogia Social.

Na América Latina, sobretudo no Brasil, os intelectuais do campo da Pedagogia Social e da Educação Social são chamados a descolonizar categorias analíticas e práticas sociais prisioneiras de cosmovisões eurocêntricas. A luta contra as múltiplas formas de dominação e de exploração passa pela destruição da colonialidade do poder e dos padrões sociais eurocentrados. A história cobra um pensar e um repensar das estratégias e práticas pedagógicas que buscam a libertação, aponta para o caminho da socialização radical do poder e da economia, para evitar processos de exclusão e reprodução da desigualdade social (cf. QUIJANO. In: SOUZA SANTOS, 2010, p. 113).

Na afirmação de Paulo Freire, outras pedagogias são possíveis. Diante das matrizes latino-americanas, ecoam os gritos dos zapatistas: "Luchar por un mundo donde otros mundos sean posibles" (cf. GROSGOUEL. In: SOUZA SANTOS, 2010, p. 436). Pela ótica da Pedagogia Social, outra epistemologia, que brote dos clamores dos oprimidos, dos descamisados latino-americanos, é possível. Acreditamos que as experiências e práticas sociais reproduzem e

produzem conhecimento. Por este olhar, os múltiplos espaços de convivência humana são também produtores de conhecimento. A educação social, popular e comunitária, na tradição latino-americana, aparece como forma de resistência e de enfrentamento da cultura de morte e opressão. Nela se constitui uma base epistemológica de enfrentamento ou revisão dos paradigmas de fundo cartesiano e eurocêntrico.

Este dossiê tematiza um pouco dessas questões teóricas e profissionais.¹ O primeiro artigo, "Investigar em Pedagogia Social – razões, oportunidades e desafios", de Isabel Baptista, da Universidade Católica Portuguesa (FEP/UCP), Portugal, doutora em Filosofia e professora em Pedagogia Social, reflete sobre as linhas de fronteira e as áreas de saber da Pedagogia Social, enquanto saber teórico e prático. A Pedagogia Social ocupa, sem dúvida, um lugar fulcral nas ciências da Educação, por se ocupar com as novas configurações sociais e o agir do sujeito nas sociedades democráticas do século XXI, que têm com exigência a solidariedade, a hospitalidade, a ética, a democratização do conhecimento, a justiça e as práticas de inclusão. A autora reforça que a produção do conhecimento requer a reflexão sobre referenciais conceituais e metodológicos próprios. Concebe a Pedagogia Social vinculada à ciência da educação e dotada de racionalidade dinâmica e dialógica. O pedagogo social é um profissional sensível, autônomo e reflexivo.

O segundo artigo, "El ejercicio de la autoridad en el proceso socioeducativo", de Marcelo Morales, professor de Pedagogia Social no Conselho de Formação em Educação do Uruguai, tem como ponto de partida as múltiplas práticas e propostas educacionais que ocorrem para além do espaço escolar, nas instituições e organizações sociais. A percepção do autor é de que autoridade não é o que aparece à primeira vista em nossas práticas corriqueiras ou na forma em que esperamos. As práticas pedagógicas conservadoras confundem autoridade com o autoritarismo que gera a "mutilação do eu". Morales chama atenção para o lugar da autoridade nas práticas educativas igualitárias e com fins emancipadores. Constata ele que, às vezes, a questão provoca um certo constrangimento ou uma sensação de contradição. Apresenta uma visão das tensões existentes na relação entre adultos, crianças e jovens, entre educadores e educandos, uma vez que a autoridade não é dada, mas construída na relação, a partir do diálogo e da reflexão, para que todos aprendam a assumir seus atos ao longo da vida. Em síntese, ao artigo tem como pano de fundo a questão dos valores e a importância da autoridade no processo educacional.

O terceiro artigo, "Pedagogía Social e intervención socioeducativa con jóvenes españoles y colombianos egresados del sistema de protección", de Teresita Bernal Romero, mestre em psicologia clínica e professora na Universidade Santo Tomás (USTA), Colômbia, e Miguel Melendro Estefanía, doutor em Educação e professor da Universidade Nacional de Educação

1 - SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; CARO, Sueli Pessagno; MACHADO, Evely Monteiro; MOURA, Rogério. Pedagogia Social (em itálico?). São Paulo: ExpressãoArte. v. 2 – Contribuições para uma teoria geral da educação social.

a Distância (UNED), Espanha, é resultado de uma pesquisa de avaliação do processo de intervenção junto a profissionais da Espanha e da Colômbia. Os autores analisam as percepções dos profissionais dos serviços socioeducativos e apontam vários indicadores, tais como profissionalização dos jovens, autonomia da família, protagonismo dos jovens, políticas sociais menos protecionistas; apoio e recursos institucionais. Ressaltam a importância da formação dos profissionais para uma intervenção mais assertiva e oferecem elementos para modelos eficazes de intervenção. O estudo da intervenção socioeducativa, com base na Pedagogia Social, tem como pressuposto que os jovens que passaram pelo sistema de proteção necessitam de apoio e de orientação eficaz para não reproduzirem o processo de exclusão social.

O quarto artigo, "Formação de professores do campo, educação popular e pedagogia social: algumas aproximações", de Aline Aparecida Angelo, professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e Sonia Maria Portella Kruppa aprofundam elementos de pesquisa de mestrado sobre o que é ser educador do campo. Com base nas contribuições da teoria geral da Pedagogia Social, apresentam experiências da educação popular, social e comunitária que constituem importantes matrizes para o campo teórico-metodológico do movimento denominado Educação do Campo. Concebem a formação do professor por uma perspectiva utópica e crítica, de transformação, comprometimento, luta social e capacidade de integrar conhecimento científico com a realidade social e cultural dos educandos. Reconhecem a diversidade dos educandos e os saberes que trazem os movimentos sociais e populares do campo. Os autores valorizam o protagonismo dos movimentos ligados às questões agrárias, que reivindicam políticas educacionais para o campo. O artigo contribui para tematizar o campo de atuação do educador social.

No quinto artigo, "O caminho bordado: reflexões teórico-metodológicas da pesquisa de campo sobre as narrativas orais do Rio do Engenho – Ilhéus/ Bahia", Gisane Souza Santana, mestre em Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e Maria de Lourdes Netto Simões, doutora em Estudos Portugueses e professora na UESC, abordam convergências conceituais da teoria e crítica literárias, da nova história e dos estudos da cultura, por uma perspectiva interdisciplinar. No desenrolar do texto, discutem aspectos teórico-metodológicos referentes às narrativas orais enquanto testemunho. As autoras valorizam as narrativas populares como formas primárias de manifestação cultural, recolhidas em pesquisa de campo realizada em Rio do Engenho. Tomam como pressuposto que as narrativas orais são sínteses de processos sociais e culturais de um passado compartilhado pela comunidade. Consideram as narrativas como representações das práticas cotidianas, tradições e vivências coletivas. Elas permitem tecer uma concepção cultural capaz de revelar o modo de ser, de agir, de viver e de confabular dos moradores.

No sexto artigo, intitulado "Um olhar sobre as artes visuais no século XIX, a partir da publicação da obra A origem das espécies, de Charles Darwin", Agatha Parrilha Silva, doutora em Educação para Ciência e a Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG),

busca perceber a relação entre o avanço das ciências e da arte. Para demonstrar esse pressuposto, discute alguns aspectos da obra de Darwin que poderiam influenciar as artes visuais, com a finalidade de capturar as mudanças na arte do período anterior e posterior a sua publicação e se repercutiram no Brasil. A autora utiliza pesquisas bibliográficas e imagéticas, para ilustrar o panorama social e a arte entre os séculos XVIII e XIX, a arte brasileira e as grandes expedições científicas e artísticas. Nesta trilha, permite observar significativas mudanças nas artes visuais brasileiras após a obra de Darwin. Os resultados da pesquisa confirmam a influência recíproca entre arte e ciência.

O sétimo artigo, "Aprendizagem solidária: construção de um currículo significativo e eficaz", de Fernando José de Almeida, doutor em Filosofia da Educação, e Katia Regina Gonçalves Mori, doutora em Educação, professores na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) analisam as práticas curriculares como territórios de disputa de projetos ideológicos e econômicos de diferentes tendências e colorações de diferentes segmentos e setores da sociedade. Esse território de disputa abre campo para leituras mais críticas dessas práticas, o que, a nosso juízo, pode impedir a reprodução da desigualdade e o fortalecimento uma concepção de cunho assistencialista. O artigo tem como bases teóricas pensadores como Lévinas, Paulo Freire, Enrique Dussel e Boaventura Souza Santos.

O oitavo capítulo, "Jogo de papéis em espaços escolares: linguagem, sentidos e significados", de Nara Soares Couto, doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) de Marília de professora da Secretaria de Educação de São Paulo, focaliza a relação jogo de papéis e linguagem. Tem como pressuposto que a linguagem regula e contribui para o processo de complexificação de construção dos sentidos e significados por parte dos sujeitos, a partir de suas vivências. A pesquisa foi realizada pela ótica da etnografia interpretativa, com crianças de seis e sete anos, numa escola de ensino fundamental. Destaca a autora que as técnicas de pesquisa foram observação, fotografia, gravação em áudio e diário de campo. O artigo aponta para o fato de que a linguagem regula o processo de construção do jogo de papéis e medeia a interlocução existente ou não entre os sujeitos. Nesse processo, gestos, olhares, silêncios e outras manifestações, verbais ou não, mostram o diálogo universal apropriado pelas crianças no processo de construção de seu discurso interno e de sua consciência. Isto é fundamental para a socialização e o desenvolvimento de uma cultura de pares. A interpretação e a análise da autora seguem a perspectiva de Vygotsky e Bakhtin.

No nono artigo, "Representações do Estatuto da Criança e do Adolescente (com)partilhadas por adolescentes e professores", Marilene Alves Lemes, doutoranda em Educação pela Unisinos, e Karine dos Santos, identificam representações compartilhadas por crianças e adolescentes e os efeitos dessas representações na dinâmica da vida escolar. A pesquisa de campo realizada pelas autoras permite inferir que as representações sobre os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) influenciam as relações e a dinâmi-

ca da vida escolar. Os efeitos dessas representações são traduzidos por um sentimento de retirada da autoridade da escola, explicitando a tensão entre autoridade e liberdade, talvez devido à permanência de práticas e condutas vinculadas ao paradigma da doutrina de situação irregular. Discussões sobre os direitos preconizados no ECA deveriam estar presentes no cotidiano das instituições educacionais. Práticas da educação social aparecem como uma alternativa para a formação dos profissionais da educação, no sentido de mediar as novas formas de relacionamento.

O décimo capítulo, "Valores-raízes necessários ao trabalho cotidiano do(a) educador(a) social: reflexões a partir do pensamento de Paulo Freire", de Rafael Domingues da Silva, mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), quer destacar e analisar criticamente alguns valores da produção educacional e filosófica de Freire, considerados fundamentais para a prática da educação libertadora. Segundo os autores, são valores-raízes vinculados à prática do educador social comprometido com a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Em síntese, esta edição dá continuidade ao tema do volume 7.3, no qual vimos o potencial da Pedagogia Social na Educação Escolar e as práticas educacionais que ocorrem em outros espaços, como na assistência, na justiça, na saúde. Esses aspectos são explorados do ponto de vista da formação, evidenciando a coexistência da Pedagogia Social com outras áreas do saber, especialmente do direito, da arte-educação e da assistência. Os artigos que acabamos de apresentar oferecem os contornos de uma teoria para se pensar a profissão do educador social, seu campo de atuação, e reúne apontamentos para uma epistemologia da Pedagogia Social e do modo como ela produz, compartilha e difunde conhecimentos.

Em clara demonstração de que, pelo menos no campo da pesquisa científica, não se lida com a ideia de retrocessos e de que nas Ciências não existem donos nem verdades absolutas, alguns dos artigos foram elaborados em coautoria entre orientandos e orientadores, a quem apresentamos nossos sinceros agradecimentos pela inestimável contribuição.

Roberto da Silva
João Clemente de Souza Neto

REFERÊNCIAS

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologia do Sul*. 2. ed. Coimbra: CES, 2010.